

1

A aspiração de uma pátria livre, isenta do jugo vexatório de uma tutela estranha, aspiração que teve o seu epílogo brilhante nas margens do Ipiranga, nasceu, no ânimo dos nossos patrícios, desde o dia em que se formou, pelo caldeamento das raças, o tipo nacional.

A Conjuração Mineira nada mais foi que a manifestação clara dessa aspiração constante de uma raça que se plasmava, conciente de seus destinos.

Tenha ela sido embora, como alguns a chamaram por escârneo, uma conjuração de poetas ou, o que vem a ser o mesmo, uma conspiração de idealistas, o certo é que exprime fielmente que o ideal de emancipação não era mais uma simples teoria, uma pura abstração, mas um sentimento verdadeiro que, mais dia menos dia, deveria fatalmente concretizar-se. Ela ficou na nossa história como a primeira, precursora do dia glorioso, que não estaria longe a rair, nos horizontes de nossa Pátria. O sangue de Tiradentes, tão deshumanamente derramado em pró da causa nacional, foi a semente fecunda, que mais tarde devia produzir a nossa independência política.

A trasladação da Córte portuguesa para o Brasil, se, por um lado, ampliou o círculo dos nossos privilégios, nos trouxe instituições por nós ainda não conhecidas; por outro, contribuiu para acentuar mais o já profundo sulcode antagonismo, existente entre os dois povos que aqui cohabitavam.

A consciência brasileira ilustrava-se agora ao contacto daquela sociedade promíscua de palacianos corruptos, que acompanharam D.

João VI a esta parte do hemisfério, e não podia justificar a preferência que o monarca manifestava pelos reinóis, com prejuízo de brasileiros ilustres, no preenchimento dos cargos públicos.

Ouçamos, a êste respeito, o testemunho verídico de um dos mais reputados historiadores patrícios: "Com a família real, imigraram para o Brasil, às chusmas, portugueses arruinados pela invasão da península. As legiões de serventuários, de letrados, de militares, de favoritos e apaniguados de toda a ordem, enchiam as repartições; e, para acomodar todos êsse mundo de inúteis, ia a Côrte multiplicando as sinecuras, e sem dissimular uma preferência odiosa pelos reinóis. Com semelhante sistema, fazia ela o seu partido, enquanto os filhos da terra, excluídos do funcionalismo e tratados ainda como colonos ou como raça inferior e conquistada, andavam sentindo, cada vez mais fundo, que com o sonho da pátria futura era incompatível o estado de coisas que subsistia com a mudança da sede de govêrno; e a própria realza se mostrava como instituição infensa a seus destinos."

Se o português era, até essa data, tolerado no Brasil, passou, desde então, a ser odiado, dada a arrogância e desprezo com que tratava os naturais da terra. Tudo o que era brasileiro nenhum valor tinha. Para aqueles homens, só as coisas da metrópole eram dignas de aprêço.

Nada mais irrisório do que ~~XXX~~ a empáfia com que os ignorantes taverneiros lusos, à última hora elevados à dignidade de fidalgos por D. João VI, aludiam a fatos e coisas da sua terra, falavam da sua ilustríssima linhagem, ostentavam, à luz meridiana, no alinhamento das vestes, o alto grau de nobreza.

D. João passou, no Brasil, como uma figura grotesca de comédia,

um D. Quixote de existência real, possuído da mania pueril das honras e distinções." Tal foi o excesso dessa liberalidade, diz com razão Armitage, que no período da sua administração concedeu mais insígnias e honrarias do que todos os soberanos da sua dinastia conjuntamente."

Esse esbanjamento de títulos não podia deixar de repercutir funestamente na vida financeira da nação, de cujos cofres saía o necessário ao sustento daquela corte de vis adutores. Ainda se os atingidos pela munificência real fôsem cidadãos prestimosos, dignos de tais distinções, com preterição embora dos nacionais, se encontraria um motivo para justificar tal proceder, e apenas nos restaria deplorar o grande abalo sofrido nas nossas finanças. Mas, ao revés, D. João parecia empenhado em galardoar a escória da sociedade portuguesa.

"As antigas dignidades, escreve João Ribeiro, a que estavam ligados os méritos, os serviços, a responsabilidade ou a virtude foram logo esbanjadas entre pessoas equívocas e nulas. E, continua, milhares de pessoas alheias e indiferentes à religião ou aos deveres militares eram naquela época feitas súbitamente cavaleiros de Santiago ou comendadores de Cristo, ofendendo-se assim o decoro da tradição, menoscabando o espírito das instituições e fazendo grande mal aos próprios agaloados, mercieiros e rústicos que, empavesados com os novos títulos, abandonavam o trabalho útil e, por si ou sua descendência, encostavam-se ao orçamento."

Tais fatos só podiam provocar, como de feito provocaram, a indignação e revolta dos nossos compatriotas.

A grande ilusão que alimentou uma parte da nação de que o es-

tado de coisas melhoraria, com a vinda de D. João para o Brasil, estava agora desfeita com o procedimento incorreto e fútil do monarca português. A ninguém mais era lícito, em face de tais acontecimentos, a ninguém, repito, que fôsse brasileiro e amasse verdadeiramente a sua pátria, pensar mais numa forma conciliatória de govêrno, em que figurassem o Brasil e Portugal juntos. A solução única, aquela que a lógica férrea dos fatos impunha, não podia ser outra, senão o desligamento total, numa palavra, a independência da nação brasileira.

À miopia política de D. João não passou isto despercebido, como o revelam as palavras com que se despediu do filho, ao regressar ao reino: "Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal; se assim fôr, põe a corôa sôbre a tua cabeça antes que algum aventureiro lance mão dela."

É verdade que depois, obrigado pelas Côrtes, que o faziam de joguete, D. João tudo emprega para conservar o Brasil sujeito ao domínio de Portugal. Mas os seus esforços, nêste sentido, se frustraram.

Se de um lado, a consciência nacional estava convicta de que a única trajetória a seguir era a da emancipação política; de outro, a falta de diplomacia dos representantes do poder lusitano contribuiu eficaz e poderosamente para o rompimento definitivo.

Cientes agora do ideal brasileiro, começam as Côrtes as suas odiosas represálias contra o Brasil.

Um decreto desliga as Províncias da obediência a D. Pedro e as faz depender, diretamente, de Lisbôa.

As Juntas, organizadas na Províncias, concorrem para aumentar a discórdia, já de si grande, que reinava por toda a parte. Enquanto umas, obedecendo ao decreto, passam à dependência imediata das Côr-

tes; outras cumprem, exclusivamente, as ordens emanadas do Príncipe Regente.

A causa nacional empolga os espíritos. O ideal da emancipação lateja em todos os corações.

No Rio de Janeiro, o entusiasmo arrebatava os ânimos, depois da eleição dos deputados que deviam defender os nossos interesses perante as Côrtes portuguesas. Quando os nossos patrícios viram sair das urnas os nomes gloriosos de Antônio Carlos, Feijó, Campos Vergueiro e tantos outros, convenceram-se, efetivamente, de que era a própria voz da Pátria, sacrificada às ambições de uma política tôrpe, que se iria ouvir nos paços de Lisbôa, que a causa brasileira estava francamente triunfante. E não se equivocaram os nossos patrícios,

apesar da minoria em que se achavam e de lutarem com uma Côrte por princípio infensa a qualquer medida, tendente a favorecer ao Brasil, os nossos representantes não desanimam.

As discussões tornam-se acaloradíssimas na Assembléa portuguesa.

As Côrtes não podiam conceber outra união política com o Brasil, fora do regime absolutista da sujeição total e humilhante. Fernandes Tomás chega a declarar à face da deputação brasileira: "Se o Brasil quiser ficar unido, fique; mas há de ser com esta condição; do contrário, separe-se..."

Já sabemos, senhores, que ao Brasil já não convinha <sup>nenhuma</sup> união política com Portugal, quanto mais sob o regime absolutista. Era, porém, mistér temporizar.

As palavras de Campos Vergueiro que pedia aos nobres deputa-

dos lusos lhe mostrassem as vantagens daquela união para nós, levantaram no recinto da Assembléa uma tremenda celeuma. Borges <sup>Carneiro</sup> ~~de Medeiros~~, perdendo a compostura, já não digo de um representante da nação, mas de um homem medianamente educado, irrompe numa formidável verri-na contra o Príncipe Regente e os seus partidários. Fala, com desdém, da população do Brasil, inclinada à anarquia em consequência de a constituírem "negros, mulatos e brancos creoulos..." Não se cansa de vomitar a sua bilé de tribuno barato contra os nossos compatriotas. "Contra os facciosos e rebeldes, clama êle, mostre-se que ainda temos cão de fila ou leão tal que se o soltarmos, há de trazê-los a obedecer às Côrtes, ao Rei e às autoridades constituídas no Brasil por aquelas e por estas."

Essa ousadia e atrevimento do tribuno lusitano não podia nem devia passar, sem a resposta causticante e intrépida dos nossos pares.

"Advirto ao ilustre deputado, replica Vilela Barbosa, que lá (no Brasil) também se sabe açaimar cães; que nas veias dos brasileiroiros também gira sangue português, e que já hoje alí se não hão de receber leis com o arcabuz no rosto." Lino Coutinho vai ainda mais longe: "Contra os cães atiraremos onças e tigres."

Nenhum dos nossos deputados, porém, ultrapassou em violência e audácia, a Antônio Carlos: "Declaro, respondeu, que o Brasil não está em estado de temer as fátuas ameaças com que o pretendeu intimidar o sr. Borges Carneiro: para cães de fila há lá em abundância pau, ferro e bala; e nem nos podem assustar cães de fila aos quais fizeram fugir dentadas de simples cães gozos." Com isso, queria aludir à di-

visão auxiliadora que para aquí viera, no intuito de proteger os portugueses e que, à ameaça da nossa milícia mal armada, medrosa, regressa<sup>ra</sup> a Portugal.

Assim se movimentavam os debates na Assembléa portuguesa.

Dois decretos, emanados da Côrte, aquí estouram como tiros de bombarda, a anunciarem a luta próxima: um, suprimindo os tribunais que D. João criara, e outro, chamando o Príncipe à Europa, sob o fútil pretexto de aprimorar a educação. Por êles se via<sup>o</sup> propósito deliberado que tinham as Côrtes de afastar D. Pedro do Brasil. Sabiam que êle era simpático à causa brasileira da emancipação, importava, por conseguinte, removê-lo daqui, o mais depressa possível.

Os chefes do partido nacionalista põem-se abertamente em campo. Representações populares chegam de várias Províncias, pedindo ao Príncipe que não parta e tome, sob sua proteção, a causa do Brasil.

A 29 de dezembro (1821), uma patriótica mensagem, assinada em poucas horas por cêrca de oito mil pessoas, é dirigida ao Regente pelo Senado da Câmara. E a 9 de janeiro do ano seguinte, encaminha-se a corporação reunida, acompanhada de enorme massa popular, ao paço da cidade, onde a recebeu solenemente o Príncipe D. Pedro.

Coube a José Clemente Pereira, presidente do Senado, interpretar os sentimentos da corporação e povo, allí reunidos. No seu discurso, que foi uma peça cheia de enérgia e de patriotismo, depois de falar a D. Pedro acêrca do estado de agitação dos espíritos e desordens que já se faziam sentir, assim conclue: "Exige, portanto, a salvação da Pátria que V.A.R. suspenda a sua ida<sup>da</sup>."

Era vontade de D. Pedro, como sabemos, ficar para sempre no Brasil. Mas para isto necessitava de consultar a <sup>opinião</sup> ~~consciência~~ brasileira.

Depois de sua manifestação tão clara pela voz eloqüente e franca do presidente do Senado, nada mais lhe restava a fazer do que repetir as palavras de resistência formal às ordens da velha metrópole, esposando definitivamente a causa dos brasileiros: "Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto, diga ao povo que fico."

O repto ao govêrno de Lisbôa estava lançado.

Mal se haviam escoado dois dias, dos tres destinados aos festejos de comemoração daquele ato do Príncipe, aquiescendo de bôamente à vontade popular, soube-se que a tropa portuguesa, cheia de despeito, por não ter sido consultada, preparava-se para burlar a resolução tomada por D. Pedro. Com efeito, em conselho havia deliberado a guarnição portuguesa, tendo à frente o seu comandante Jorge de Avilez, fazer que o Príncipe rebelde obedecesse às ordens emanadas de Lisbôa.

No intuito de acirrar os ódios da soldadesca contra o Regente, não deixou a officialidade lusitana de lançar mãos dos mais feios ardis. Fez circular o boato de que D. Pedro, para proteger o partido nacionalista brasileiro, havia acintosamente dispensado Avilez do govêrno das armas. Assim, recompensava o Príncipe a fidelidade de um leal *servidor* de seu Augusto Pai.

Sabedores do que faziam os officiais portugueses, por sua parte, exaltaram-se também os nossos e, convocando os generais Curado, Oliveira Alves e Nóbrega, incitaram-nos a repelir a afrontosa prepotência do governador das armas e a cercar o Príncipe de todas as garantias necessárias ao cumprimento de sua resolução. O movimento de hostilidade contra Avilez atingiu, diz um historiador, a mais de seis mil pessoas.



D. Pedro torna-se então o árbitro único de toda a situação. Só ele, intrépido, a enfrenta.

Os próprios ministros, que antes haviam votado pela desobediência às Côrtes, à vista das dificuldades que se levantavam, mostram-se tímidos, medrosos.

Aceitando os serviços que lhe ofereceram os generais patrícios, ordena-lhes que reünam, nos quartéis do Campo de Sant'Ana, os regimentos de linha e os corpos de milicianos, e estejam prontos ao primeiro sinal de rebate. Desliga-os do govêrno das armas e recomenda-lhes que só obedeam ordens transmitidas diretamente da Regência.

Vibrando de ódio impotente, Jorge de Avilez, que fôra de feito destituído, combina com os seus sequazes um plano maquiavélico contra a pessoa do Príncipe. Consistia em prender o Regente no recinto do teatro, no momento em que calma e despreocupadamente assistisse às representações. Aí seria fácil colhê-lo de surpresa, sem que as fôrças do Campo de Sant'Ana tivessem tempo para socorrê-lo. Uma vez preso, fa-lo-ia embarcar imediatamente para Lisbôa.

Para o feliz êxito do seu plano, contavam os lusitanos com a coragem de D. Pedro, coragem que, nos lances difíceis, assumia as proporções de verdadeira temeridade. Convictos estavam de que o Príncipe, apesar daqueles ares de tormenta, não deixaria de comparecer ao teatro. E, com efeito, não se enganaram.

À notícia de que magotes de soldados portugueses, em vozearia assustadora, andavam pelas ruas, quebrando luminárias, espalhando o terror, desconfiou do que <sup>est</sup>ria acontecendo nos quartéis. Desde o comêço do espetáculo dera ~~com a~~ <sup>pela</sup> ausência de Avilez. Que estaria fazendo àquela hora o general português?

Chamando ao seu camarote o brigadeiro Carretti, mandou que fizesse imediatamente recolher aos quartéis os soldados indisciplinados.

Quasi ao findar do espetáculo, espalhou-se a notícia de que a tropa portuguesa se punha em marcha, na direção do teatro. D. Pedro abandona incontinenti o recinto, e dirige-se apressadamente a S. Cristóvão, onde passou toda a noite a expedir ordens para uma ofensiva, na manhã seguinte. E a cidade do Rio viu passar aquela noite sob a impressão lúgubre de um combate iminente. "Era, escreve alguém, como se a um alarme geral se tivesse posto em alvorôço toda a cidade."

Ciente de que o Príncipe já se não achava no teatro, a guarnição lusa retrocedeu para o quartel, sem senhum incidente digno de X registo.

Decidido a levar por diante o seu propósito de obrigar o Regente à obediência às Côrtes, Avilez toma posição, com os seus regimentos (à exceção do 3.<sup>o</sup> de caçadores, aquartelado em S. Cristóvão), no alto do morro do Castelo, fazendo também guarnecer "o litoral da cidade entre o arsenal de guerra e da marinha."

Não podia ser melhor o ponto estratégico escolhido pelo general português. Daí dominava toda a <sup>zona urbana,</sup> ~~cidade~~, dando-se conta a si mesmo de tudo o que nela se passava.

No Campo de Sant'Ana, o mesmo espetáculo bélico se oferecia à contemplação dos habitantes da cidade, ansiosos pelo resultado da peleja. Eram tropas da 1.<sup>a</sup> linha que haviam ficado fieis ao Príncipe, regimentos de milicianos e batalhões patrióticos, à última hora organizados, em francos preparativos para a resistência.

Não imaginava Avilez que pudesse o Príncipe dispôr de tantos elementos para a sua defesa. Já se censurava da sua imprudência. Via-se numa situação precaríssima, insustentável. Temia de um lado incorrer no desagrado de El-Rei, ofendendo-lhe o filho; de outro, nenhuma autorização das Côrtes recebera que justificasse a sua atitude.

Tais considerações e a perspectiva de uma luta, cujo êxito era duvidoso, o demoveram a aceitar a intimação que o Príncipe lhe fizera, por meio de um emissário. Concordou em retirar-se para a Práia Grande, onde esperaria as tropas que o deviam render, para depois regressar à Europa.

Na Práia Grande, procurou a todo custo procrastinar a hora da partida. Era plano seu aguardar os reforços que havia solicitado à metrópole, bater as fôrças nacionais, aprisionar o Regente e enviá-lo preso para o reino. Tal ardil, porém, não passou despercebido a D. Pedro que, decidido a acabar, por uma vez, com aquela situação, perturbadora da tranquilidade pública, fez vir a bordo da fragata "União", onde se achava, o general Avilez e vários oficiais portugueses, e lhes declarou que "ou se embarcariam por bem, ou seriam tratados como rebeldes, e a ferro e fogo os obrigaria a cumprir a ordem dada."

Ante tal ameaça, tanto mais séria, porque conheciam bem a índole do Príncipe, acharam de bom aviso aceder às suas exigências e partir, sem demora, para Portugal. "Estava a causa dos patriotas, escreve Rocha Pombo, desembaraçada daquele grande entrave. A população respirou, e D. Pedro sentiu-se livre agora para seguir desafogado o seu destino."

É então que surge, nos horizontes da política nacional, esse vulto extraordinário que foi José Bonifácio de Andrada e Silva. Já havia militado na política de ultramar e conhecedor, de perto, da venalidade e bajulação dos homens que cercavam D. João, resolvera-se a voltar para o Brasil e nunca mais tratar de negócios públicos. Brasileiro de rija têmpera, servido além disso por uma inteligência lúcida, de uma ilustração fora do comum, o prudente e sábio paulista parecia o homem adrede talhado por Deus para dirigir os destinos da nação, naquelas difíceis circunstâncias.

Um dos seus primeiros atos, logo que foi chamado a colaborar com D. Pedro <sup>no governo,</sup> se traduziu na convocação de um conselho de Procuradores Gerais de Província, com o caráter de Assembléa Constituinte. Assim respondia o Príncipe aos decretos intempestivos das Côrtes.

A 21 de fevereiro, baixa um decreto pelo qual se proíbem serem executadas, no Brasil, leis portuguesas, que não tenham o exequatur da Regência. Logo depois uma carta circular é expedida a todos os governadores de províncias marítimas, vedando o desembarque, no território nacional, de fôrças <sup>estrangeiras</sup> ~~portuguesas~~. Assim, a pouco e pouco, ia o Brasil se desligando do jugo despótico da velha metrópole.

Não satisfeito, José Bonifácio toma a iniciativa de organizar as nossas fôrças armadas. Ele sabia que direito que se não escude na fôrça é direito sem significação, numa palavra, direito nulo. Fala ao sentimento do povo brasileiro, exorta-o, com palavras repassadas de patriotismo e fé, a que se aliste nas fileiras do exército. Dirige um apêlo aos governadores de Minas e S. Paulo, em que lhes solicita a remessa de tropas para garantir o Rio de Janeiro contra possíveis ataques do inimigo.

Ao passo que as coisas vão aqui seguindo o seu curso normal, do outro lado do oceano, o assombro e a indignação ultrapassam os limites do comedimento. A tempestade, não podendo atingir diretamente o Príncipe e os seus partidários, recai, tremenda, sobre os nossos representantes, sobretudo, depois do seu parecer, contrário à aplicação das leis portuguesas no Brasil, leis contidas na Constituição que havia pouco fôra promulgada.

Ferreira de Moura termina o seu discurso, recheado de objuratórias contra o Príncipe e a nação brasileira, despedindo a representação nacional: "Se vos não convém a união dêste modo, deveis falar claro, podeis abandonar êste posto quando quiserdes; deixai de ser colegisladores conosco... com tal dependência não queremos união." Exigia que as Côrtes forçassem o Príncipe rebelde a abandonar a quinta de S. Cristóvão, onde só respirava "o hálito de vis e aduladores." Nas suas diatribes, não poupou as mais feias armas para demolir a reputação, justamente firmada, dêsse homem criterioso e probo que se chamou José Bonifácio de Andrada e Silva. Sabia ser êle a alma de toso aquêle movimento, o mentor seguro que dirigia os passos infirmes da nação, na conquista da sua independência. Importava, por conseguinte, vilipendiá-lo, acusando dos mais tôrpes crimes, para desprestigiar-lo em face da opinião pública brasileira.

Campos Vergueiro, na sessão imediata, apresenta uma enérgica moção, "que terminava com o seguinte dilema: ou o Congresso reprova as frases do deputado Ferreira de Moura como injustas e injuriosas ao Brasil, declarando que êste tem tanto direito como Portugal à sede da monarquia, ou permita aos signatários da moção darem por findo

o seu mandato."

O Congresso fez-se de desentendido e abafou o incidente.

Nas ruas de Lisboa, o povo erguia vivas aos deputados que nas sessões da Assembléa mais hostilizavam o Brasil. Ouçamos o que, a este respeito, nos relata um historiador imparcial: "A maioria das Côrtes mostrou-se satisfeitíssima por haver tomado providências enérgicas com que pensava refrear as aspirações dos brasileiros, e contar os seus pensamentos e ímpetos de independência. Aplaudem os o povo de Lisboa saudando nas ruas com vivas jubilosos os deputados que tinham aprovado as deliberações do Congresso, tocando música às portas das residências dos seus mais fortes propugnadores, e insultando e apupando quantos se declaram em minoria..."

Tais eram as represálias e hostilidades contra os nossos representantes que sete dêles, que se haviam peremptoriamente negado a subscrever e jurar a Constituição, vexatória e humilhante para o nosso progresso, sentindo-se ameaçados, veem-se na contingência de embarcar clandestinamente, rumo à Inglaterra.

A população lisboeta, dando expansão aos seus sentimentos cozequinhos de ódio, corria, em tropel, as ruas da cidade, maltratando os brasileiros que encontrava na sua passagem, aos gritos de: "Morrão os traidores! Abaixo o Príncipe trãnsfuga e desleal!"

Se no ultramar os horizontes estavam anuveados, como acabamos de ver, a quem Atlântico surgem dificuldades de toda espécie. No próprio partido nacionalista se implanta a discórdia. Gonçalves Ledo e Cunha Barbosa, denodados campeões da causa nacional, declaram-se abertamente contra José Bonifácio que, bem avisado, só tomava as medidas

que lhe ditava a sua reconhecida prudência.

O norte vacilava entre a obediência às Côrtes e ao Regente. Vislumbrava-se nêle a tendência disfarçada para obedecer a êste, mas o receio das represálias o trazia suspenso.

A Baía fizera-se baluarte das fôrças portuguezas. Aí Madeira de Melo mantinha, a ferro e fogo, o partido de El-Rei. Para isso, não trepidava em mandar espingardear o povo, inaugurando, nessa infeliz Província, a mais famosa tirania de que há notícia, no tempo da Regência.

Em compensação, o Rio todo ardia num imenso incêndio em prol da causa da nossa independência.

A 13 de maio de 1882, data destinada a comemorar o aniversário natalício de D. João, o Senado da Câmara oferece ao Príncipe e à sua descendência o título glorioso de "Defensor Perpétuo do Brasil," que êle recebe com vivos sinais de satisfação.

Animados pelas disposições do Regente, querem os patriotas assegurar o triunfo definitivo da grande causa. Pedem a D. Pedro a convocação de uma Assembléa Constituinte, incumbida de organizar os negócios do novo estado, cujo aparecimento já presentiam infalível e próximo, no concerto das nações livres.

D. Pedro consulta o pensamento de várias Províncias, Cômescio de que aquele pedido era a concretização exata do sentir da alma brasileira, publica, a 3 de junho, o decreto da convocação.

A 1 de agosto, declara inimigas as tropas lusitanas que aquí desembarcassem, sem autorização expressa do govêrno regencial. E, nêse dia, dirige ao povo uma proclamação que assinala o rompimento completo dos velhos laços que prendiam o Brasil à antiga metrópole:

"Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja independência."

Estava assim firmada a nossa emancipação, na esfera especulativa. Restava agora firmá-la no terreno prático, ou o que vem a ser o mesmo, no das realizações efetivas.

Logo após a proclamação do dia I de agosto, dá D. Pedro conta às nações amigas dos motivos que o haviam levado a resistir às descabidas pretensões das Côrtes.

O partido português, em Minas, procura, por todos os meios, criar embaraços à ação enérgica e eficaz do Príncipe. Delibera fazer uma viagem a Minas, onde a sua presença desperta o mais vivo entusiasmo. Por onde quer que passe, vai deixando um rastro de apóstolos e defensores da cruzada patriótica.

Em S. Paulo, as dissensões comprometem o bom êxito da empresa. Decide-se D. Pedro também a visitar aquela Província e apelar para os sentimentos patrióticos do seu povo. "Bastou a presença do Príncipe, diz um historiador nosso, para restabelecer a concórdia entre os paulistas."

Depois de se ter demorado alguns dias na cidade de S. Paulo, quis D. Pedro visitar igualmente Santos. Com efeito, para alí partiu, seguido de numerosa comitiva, no dia 5 de setembro e, ao alvorecer do dia 7, já estava de regresso a S. Paulo.

No lugar denominado Moinhos, ordenou à sua guarda que passasse adiante e fôsse esperá-lo perto da cidade. A guarda avançou, fazendo alto nas margens do ribeiro Ipiranga.

A fatalidade dos acontecimentos havia escolhido aquele cená-



rio, obscuro até então, hoje altar consagrado à veneração do culto patriótico, para o lance épico da nossa independência.

Seriam mais ou menos 4 horas da tarde do bellissimo sábado de 7 de setembro, quando um emissário, enviado do Rio a toda a pressa, se aproxima do Príncipe e lhe entrega uns papéis. Eram despachos, vindos de Lisboa, nos quais se via <sup>o</sup> propósito deliberado das Côrtes de humilhá-lo e a nação brasileira; cartas da Princesa e de José Bonifácio. Aconselhava êste ao Príncipe que pusesse termo, ali mesmo, em S. Paulo, a uma situação que não podia perdurar mais, tão dolorosa era para os brios do nosso povo.

Conta-nos o Cons. Pereira da Silva a comoção de D. Pedro ao ler aqueles papéis: "O Príncipe permaneceu perplexo por algum tempo. Tomou, pela segunda vez, conhecimento de todos os despachos que recebera. Rebutaram-lhe dos olhos lágrimas visíveis ao notar e pesar a linguagem desusada do pai, que tão amigo sempre se lhe mostrara, e tratava agora em termos tão ríspidos e azedos."

Como quem medita em angústia, D. Pedro murmura baixo, num solilóquio, entregando as cartas ao seu ajudante de ordens, major Canto e Melo: "Tanto sacrifício feito por mim, e pelo Brasil inteiro... e não cessam de cavar a nossa ruina! E, numa decisão súbita; "É preciso acabar com isto!..." Em seguida, arranca da espada e grita, com todas as fôrças de seus resistentes pulmões: "Independência ou Morte!" "Independência ou Morte!" - repete, em côro unísono e cheia de entusiasmo, a sua luzida comitiva. "Independência ou Morte!" - murmuram, no seu doce marulhar, as águas tranquilas do Ipiranga. E tudo, árvores, pássaros, animais, num concerto único, àquela hora solene da tarde, parecia repetir: "Independência ou Morte!"

Era consumatum est de todas as ânsias da alma brasileira; era o marco vitorioso e último a assinalar que findara para a nossa Pátria o período negro das suas humilhações e sofrimentos; era a perspectiva sonhada, entre preságios funestos e amfuras imensas, da liberdade, que alfim chegava.

Quais foram as consequências dêsse brado apoteótico que ficou sendo para nós o Evangelho santo, onde a nossa fé patriótica se tem abeberado todas as vezes que as dificuldades se levantam para empecer a nossa marcha vertiginosa para o progresso, sabeis vós tão bem quanto eu.

Rememorando aquí tão grandioso episódio da nossa história, é justo que evoque a figura excelsa do Pe. Idelfonso Xavier. Foi êle, o intemorato patriota, que consagrou definitivamente, no recinto do teatro paulista, o brado do Ipiranga, proclamando D. Pedro rei do Brasil. Era a voz da Religião que também sofrera com a Pátria, da Religião que sacrificara muitos de seus filhos à causa da emancipação nacional, que, na solenidade daquela hora, se fazia ouvir.

Senhores.

Lá fora, nas praças públicas e avenidas, a multidão estua; a alma brasileira delira no mais santo dos transportes; as armas passam no dorso das carretas ou nos ombros hercúleos da soldadesca ovante; a nação vibra aos acordes do hino nacional, na glória das comemorações. É o dia consagrado ao culto da Pátria. Incorporemo-nos, pois, de coração a tais manifestações cívicas, tributadas, com justiça e amor, a esta grande terra, que aprendemos a venerar e a respeitar, desde a nossa infância.

De joelhos perante a sua imagem sacrosanta, consagremos-lhe o incenso das nossas homenagens.

Nós te saüdamos, ó Brasil, na policromia das tuas campinas orvalhadas; nós te saüdamos, ó Brasil, na extensão ilimitada do teu céu eternamente azul; nós te saüdamos, ó Brasil, no lençol gigantesco das tuas aguas cristalinas; nós te saüdamos, ó Brasil, na apoteose das tuas matas seculares; nós te saüdamos, ó Brasil, no brilho diamantino dos teus astros incomparavelmente belos; nós te saüdamos, ó Brasil, na fecundidade inegalável das tuas terras ubertosas; nós te saüdamos, ó Brasil, na riqueza proverbial dos teus apreciados minérios; nós te saüdamos, ó Brasil, na glória imarcessível da tua fauna; nós te saüdamos, ó Brasil, por tudo o que fôste no passado; nós te saüdamos, ó Brasil, por tudo o que és no presente; nós te saüdamos, ó Brasil, por tudo o que deves ser no futuro. Bendita sejas, Terra de Santa Cruz!